



## Como reconstruir o Brasil

Benedicto Ismael Camargo Dutra (\*)

*A desconstrução do Brasil começou com o descuido no preparo das novas gerações e na aceitação da corrupção endêmica. E como regredimos!*

As famílias constituídas por imigrantes europeus tinham mais consistência do que as brasileiras da atualidade que desaprenderam a letra do Hino Nacional e as cores da bandeira. A partir dos anos 1970 experimentamos um declínio continuado que exigirá muitas décadas para a recuperação, desde que haja vontade forte de construir um país decente e humano.

A economia é formada por um conjunto de fatores. Há quase 40 anos o Brasil entrou na espiral reversa que gira para baixo pagando dívidas, cedendo espaço aos corruptos, e essa prática vem se mantendo até hoje. Decaimos na educação, na atuação do governo, no relaxamento das contas internas e externas. Enquanto nossa produção industrial estagnava e encolhia, a dos outros países ganhava com a economia de escala e se aproveitava da política adotada no Brasil de combate à inflação com valorização cambial e juros elevados.

Não era preciso investir em pesquisa e desenvolvimento, pois importar era a solução. Um golpe mortal. Sem seriedade, as instituições denegriam a democracia para atender a interesses pessoais. Estamos no limite. Segundo analistas, a corrupção é endêmica e deve ser erradicada com a colaboração e integração das forças idôneas da nação. Mas se essas forças não fizerem prevalecer a justiça e a busca de um país sério, o futuro da pátria será sombrio. Como reconstruir o Brasil?

A universidade tem a missão de formar seres humanos de valor para que contribuam para a melhora das condições de vida. Política, ideologias de plantão, carreirismo e busca de sucesso pessoal, tudo tem contribuído para o declínio do padrão. As instituições de ensino teriam de ser neutras e equivaler a centros de saberes para o bem da humanidade que tem de abrir os olhos e procurar o conhecimento do significado da vida.

O homem tem depredado a natureza incansavelmente para atender à sua cobiça, sempre querendo mais. De longa data, pessoas eruditas acalentam o sonho profético do domínio milenar com a administração planetária em suas mãos. Mal sabem que acima de tudo atuam as leis da Criação que agora mostram a sua força para colocar o homem em seu lugar. As mudanças climáticas estão trazendo furacões, revesamento de calor e frio intensos, e chuvas em excesso ou insuficientes que avançam pelo planeta.

Novos desafios se sobrepõem aos já existentes na economia, religiões e conflitos raciais. Desde 2007, onze países estão construindo um muro verde na África, de leste a oeste, para atingir oito mil quilômetros de extensão por quinze de largura. Uma proeza ambiental. Quando não havia árvores, o vento escavava e desgastava o solo. Mas está mais protegido agora. As folhas viram compostagem e a sombra aumenta a umidade do ambiente. Assim, há menos necessidade de água. O muro verde retém a desertificação e as pessoas permanecem na região. No Brasil, o manto verde da Amazônia está sendo dilacerado. A consequência será o inverso.

Neste dramático século 21 que assinala os mais estapafúrdios comportamentos da história da humanidade, observamos inquietude e desorientação de almas que não exercitam mais o seu querer, e vão vagando pela vida atrás de ilusões, desperdiçando o precioso tempo. O futuro é sempre consequência dos caminhos trilhados.

De forma simples, colhemos o que semeamos; os sábios percebem isso e conseguem prever o futuro. Num mundo onde as almas foram esquecidas, só se pode esperar pelo enrijecimento voltado para a dominação.

O bom futuro depende da exata compreensão do significado da vida e das leis universais que a regem.

(\*) - Graduado pela FEA/USP, faz parte do Conselho de Administração do Prodigy Berrini Grand Hotel, é articulista colaborador de jornais e realiza palestras sobre temas ligados à qualidade de vida. Coordena os sites (www.vidaaprendizado.com.br) e (www.library.com.br). E-mail: (bicdutra@library.com.br).

## Plenário da Câmara vota denúncia contra Temer e ministros amanhã

O destaque do Plenário para amanhã (25) é a votação de pedido de autorização do Supremo para processar, por crime comum, o presidente da República, Michel Temer, e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral)

A partir das 9 horas, os deputados debaterão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça contrário à autorização, conforme relatório do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) aprovado por 39 votos contra 26.

A denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) acusa Temer e os ministros de formação de quadrilha e obstrução de Justiça com o intuito de arrecadar propinas, estimadas em R\$ 587 milhões. O Planalto nega todas as acusações. O caso envolve ainda outras pessoas que não têm foro privilegiado, como os ex-deputados Eduardo Cunha, Geddel Vieira Lima, Henrique Eduardo Alves e Rodrigo da Rocha Loures; o empresário Joesley Batista e o executivo Ricardo Saud, ambos da J&F.

Hoje (24), o Plenário poderá votar o projeto que inclui municípios de Minas Gerais na área de abrangência da Sudene



A denúncia contra Temer e ministros foi lida em Plenário em 26 de setembro.

devido às condições climáticas semelhantes às do semiárido. Segundo o parecer do deputado Eros Biondini (Pros-MG), são acrescentados 81 municípios de Minas e dois do Espírito Santo na área da Sudene, podendo contar com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste.

Hoje, também, às 19 horas,

os parlamentares farão sessão do Congresso Nacional para analisar seis vetos presidenciais a projetos, além de 13 propostas abrindo créditos orçamentários adicionais ao Orçamento de 2017. Entre os vetos destaca-se aquele imposto ao projeto que cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições

Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (Pro-Santas Casas). O item vetado dispensava as instituições inadimplentes com a União de apresentarem certidão negativa de débitos para receber os valores de financiamento do projeto. O governo argumenta que a dispensa viola a Constituição (Ag.Câmara).

## Audiência pública sobre a fuga de capital humano

A Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado realiza amanhã (25), a partir das 8h30, audiência pública para debater a fuga de capital humano do Brasil e oportunidades de "circulação de cérebros". Foram convidados para o debate, o presidente do CNPq, Mario Neto Borges; o diretor-presidente da Protec, Roberto Nicolosky; o diretor-geral do Projeto I-2030: Motivação, Evolução e Perspectivas, Tadao Takahashi e a assessora da presidência da Embrapii, Denise Neddermeyer.

A expressão "fuga de cérebros" (brain drain) faz referência à situação de profissionais especializados, dotados de um alto grau de conhecimento, que emigram de seus países de origem para países que lhes ofereçam mais recursos financeiros e tecnológicos. A fuga de cérebros pode ser estancada com o fornecimento de conhecimento científico para a sociedade, dando a esses profissionais oportunidades em suas carreiras.

O debate foi solicitado pelos senadores Cristovam Buarque (PPS-DF) e Valdir Raupp (PMDB-RO). A audiência é aberta à participação da sociedade por meio dos canais de interatividade do Senado: Portal e-Cidadania e Alô Senado (0800612211) - (Ag.Senado).

## Suspensão da Venezuela trouxe mais liberdade ao Mercosul

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, avalia positivamente a suspensão da Venezuela do Mercosul, por ruptura da ordem democrática. Nunes participou da palestra Política Externa Brasileira e o Ambiente Empresarial: Oportunidades e Desafios, na FecomercioSP. Mais de dois meses após a suspensão, o ministro considera que diminuíram os "entraves nas negociações do Mercosul, trazendo mais liberdade de atuação aos quatro países sócio-fundadores do bloco".

A sanção foi aplicada com base nas cláusulas do Protocolo de Ushuaia, de 1998, exigindo a libertação de presos políticos, restauração de competências do Poder Legislativo, retomada do calendário eleitoral, entre outras. Apesar dessa melhora, Nunes criticou a perda de foco no comércio pelo bloco. "O Mercosul está paralisado com os agregados, as questões que não dizem respeito à vocação original, o comércio", disse, ao avaliar que temas como povos indígenas, por exemplo, tiram o foco dos assuntos mais relevantes para as trocas comerciais.

No início deste ano, os membros do Mercosul concordaram em derrubar 78 barreiras ao comércio entre os países



Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes.

que formam o bloco. Segundo o ministro, desse total, foram superados 57 entraves. "Eram barreiras que não tinham sequer comprovação científica", disse ele. Outro protocolo de cooperação, assinado em abril, garantiu mais proteção jurídica ao impedir que investidores de fora tenham vantagem em relação aos que compõem o bloco.

Outro assunto delicado, na opinião do ministro, são as barreiras técnico-sanitárias sobre os diferentes tipos de produtos. "É delicado, porque nem todos os países têm agências reguladoras como o Brasil, como Anvisa e Inmetro", disse. Essas agências têm estruturas pesadas e demoram na resposta às demandas, com padroniza-

ções que podem demorar até 10 anos.

A expectativa é que o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia seja anunciado em dezembro, segundo o embaixador Ronaldo Costa Filho, diretor do Departamento de Negociações Comerciais e Extraregionais. "A União Europeia tem grande interesse em firmar o acordo. O compromisso é irreversível", disse. Os dois blocos comerciais precisam delimitar claramente o que entrará na negociação antes do anúncio. "Temos que ter clareza sobre o que vai estar na mesa. Do nosso ponto de vista, a agricultura, e dos europeus, os bens industriais", declarou (ABR).

## Prestação de contas sobre resultado de políticas educacionais

O deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) propôs a inclusão de mecanismo na Lei de Responsabilidade Fiscal para aferir o resultado das políticas de educação básica adotadas por chefes do poder Executivo e atribuir a eles responsabilidade pelo resultado. O projeto propõe a adoção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), publicado pelo Ministério da Educação, como um marco para indicar o êxito da política educacional do município ou estado. O Ideb é usado para mensurar os resultados das políticas educacionais de nível básico.

Pelo projeto, prefeitos e governadores de estados deverão incluir na prestação de contas os dados do índice referentes à unidade da Federação. A informação deve ser acrescentada no terceiro ano de mandato, considerando que esse índice é produzido a cada dois anos e sempre em anos ímpares.

Se houver queda do Ideb em relação ao índice anterior, estará caracterizado o retrocesso educacional. Em consequência, as contas poderão ser rejeitadas e adotadas medidas judiciais e administrativas para corrigir o retrocesso.

Também pode ocorrer a determinação do cumprimento das obrigações constitucionais e legais que estejam sendo violadas. Em sua justificativa, o parlamentar mato-grossense afirmou que o modelo atual de fiscalização tem como foco principal o controle da legalidade da política. "Tribunais de Contas, Poderes legislativos, Ministério Público e Judiciário fiscalizam quase que exclusivamente o cumprimento, das obrigações legais e constitucionais para com a educação básica", afirmou.

No entanto, o deputado considera esse sistema fiscal pouco eficiente na área educacional. "As políticas de educação básica devem ter o foco nos resultados", reiterou. Se o índice for menor que o anterior e, rejeitadas as contas, as consequências seriam as já previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal. O governante também terá a obrigação de incluir, anualmente, em sua prestação de contas informações sobre o cumprimento de obrigações legais ou convencionais, a exemplo de convênios, ajustes, termos de cooperação ou instrumentos congêneres celebrados entre a União, os Estados e os Municípios (ps-dbnacamar).

## CPI do Senado diz que Previdência Social não tem déficit

O relator da CPI da Previdência, senador Hélio José (PROS-DF), apresentou ontem (23) o relatório final dos trabalhos ao colegiado, com a conclusão de que a Previdência Social não é deficitária, mas, sim, alvo de má gestão.

Segundo o senador, "está havendo manipulação de dados por parte do governo para que seja aprovada a reforma da Previdência". Ele acrescentou que "quando o assunto é Previdência, há uma série de cálculos forçados e irrealistas".

Em 253 páginas, o relatório destaca que o "maior e mais grave problema da Previdência Social vem da vulnerabilidade e da fragilidade das fontes de custeio do sistema de seguridade social". No documento, o relator destaca que, "antes de falar em déficit, é preciso corrigir distorções". Outro trecho do documento ressalta que "a lei, ao invés de premiar o bom contribuinte, premia a sonegação e até a apropriação indébita, com programas de parcelamento de dívidas (Refis), que qualquer



Relator da CPI da Previdência, senador Hélio José (PROS-DF).

cidadão endividado desse país gostaria de poder acessar.

Ao contrário da maioria das CPIs, que, segundo Hélio José, ao final costumam pedir o indiciamento de pessoas, desta vez, o relatório é apenas propositivo. Nesse sentido, sugere dois projetos e três propostas de emenda constitucional. Uma delas proíbe a aplicação da Desvinculação de Receitas da União às receitas da seguridade social. Instalada no fim de abril,

em pouco mais de seis meses, a CPI, presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), realizou 26 audiências públicas e ouviu mais de 140 pessoas.

Após um pedido de vista coletiva - mais tempo para analisar o parecer - o relatório precisa ser votado até o dia 6 de novembro, quando termina o prazo de funcionamento da comissão. Antes da votação final os membros da CPI podem sugerir mudanças no documento (ABR).



Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para 3106-4171